

## Patrimônio cultural registrado: o caso da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha-CE

**Thaís Pereira da Silva**  
Mestre em Museologia  
thaispereirads@hotmail.com

Recebido em 13-07-2021  
Publicado em: 02-09-2021

### Resumo

O presente artigo tem como objeto a manifestação cultural e religiosa do Pau da Bandeira realizada em homenagem a Santo Antônio, que acontece na cidade de Barbalha, interior do estado do Ceará, localizado no nordeste brasileiro. A investigação se dá através do marco de registro do festejo como patrimônio cultural imaterial nacional por meio do IPHAN em 2015. Aborda o processo histórico e as concepções a respeito da Museologia enquanto área do conhecimento, relacionando-a com o patrimônio cultural. Considera também os conceitos sobre preservação e as políticas públicas nacionais de salvaguarda de bens culturais imateriais. Estabelece como metodologia a pesquisa bibliográfica e descritiva, e de cunho qualitativo. Como instrumento para coleta de dados foi feito o uso de entrevistas. Para análise e interpretação dos dados coletados nas entrevistas utiliza-se a análise de conteúdo. Este trabalho tem como objetivo: investigar quais opiniões, perspectivas e mudanças percebidas para a comunidade que produz e participa da Festa do Pau da Bandeira. Os resultados da análise mostram que os entrevistados observaram a intensificação de algumas características da celebração após sua patrimonialização, destacando-se o aumento da visibilidade e da repercussão da festa dentro e fora da comunidade que a produz, o que contribuiu para um maior sucesso a nível local, regional e mesmo nacional. A institucionalização do festejo pelo reconhecido órgão nacional acarretou também no aumento de eventos e pesquisas acadêmicas.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural imaterial; Festa popular; Registro; Museologia.

## Registered cultural heritage: the case of the Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio in Barbalha-CE

### Abstract

This article is about the cultural and religious manifestation of Pau da Bandeira in honor of Santo Antônio, which takes place in the city of

Barbalha, in the interior of the state of Ceará, located in northeastern Brazil. Research is taking place through the landmark registration of the celebration as a national immaterial cultural heritage through the IPHAN in 2015. It addresses the historical process and the conceptions of Museology as an area of Knowledge and relates it to cultural heritage. It also considers the concepts of preservation and national public policies for safeguarding immaterial cultural assets. Establishes as a methodology bibliographic, descriptive, and qualitative search. As an instrument for collecting data interviews have been used. Content analysis is used to analyze and interpret the data collected during interviews. This work aims to: investigate what views, perspectives and changes are perceived by the community that produces and participates in the Festa do Pau Bandeira. The results of the analysis show that the interviewees observed the intensification of some characteristics of the celebration after its patrimonialization, highlighting the increased visibility and repercussion of the party inside and outside the community that produces it, which contributed to a greater success at the local, regional and even national level. The institutionalization of the celebration by the recognized national body has also led to an increase in academic events and research.

**Keywords:** Intangible cultural heritage; Party pop; Record; Museology.

## 1 INTRODUÇÃO

A Museologia contemporânea concebe o patrimônio para além de “pedra e cal”, para além das paredes dos monumentos, de objetos musealizados<sup>1</sup>, e passa a lidar com as novas tipologias de museus e de bens patrimoniais imateriais que representam a arte, a cultura, as formas de expressão, a memória das diversas etnias, numa perspectiva descolonizada.

Nesse contexto, a região do Cariri, situada no interior do estado do Ceará, é conhecida por sua pluralidade cultural e religiosa. O festejo ao padroeiro Santo Antônio, na cidade de Barbalha, destaca-se neste cenário por ser uma festividade que foi reconhecida nacionalmente em 2015 através do registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como um bem patrimonial cultural imaterial nacional.

A Festa do Pau da Bandeira é caracterizada pelo ritual de sacrifício realizado por um grupo de homens denominados de “os carregadores do pau”. Eles realizam o corte de um grande tronco de árvore com o intuito de fazê-lo percorrer as principais ruas da cidade. A manifestação agregou vários elementos ao longo dos anos e conta, hoje, com apresentações de grupos de cultura e tradição da região, inclusive musicais, o que contribuiu para que o festejo passasse a ser, além de um fenômeno religioso, também social, atraindo muitas pessoas e, conseqüentemente, aquecendo o comércio local e o turismo, proporcionando maior procura na rede de hotelaria da cidade e a instalação de

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para designar objetos ou coisas que são separados do seu contexto original para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam, no espaço do museu.

um grande número de barracas com venda de bebidas e comidas durante o período da festa.

Esse fenômeno é objeto de diversas reflexões, entre as quais a seguinte: como a população percebe os impactos causados na festa, através de seu registro como patrimônio cultural imaterial nacional?

Nosso objetivo é investigar quais opiniões, perspectivas e mudanças são percebidas pela comunidade que produz e participa da Festa do Pau da Bandeira. Para tanto, contextualizamos os conceitos da museologia contemporânea, bem como do patrimônio cultural imaterial e as políticas públicas de salvaguarda no Brasil. Num outro momento, apresentamos a metodologia aplicada para analisar os dados obtidos. E, por fim, tecemos algumas considerações para finalização do nosso trabalho.

Este artigo permite compreender uma das facetas da festa, considerando a participação social, no que se refere à produção e reconhecimento da manifestação cultural do Pau da Bandeira. Esperamos contribuir com a comunidade barbalhense, e com investigações futuras sobre o patrimônio cultural da cidade. Este trabalho deriva de uma pesquisa maior no âmbito da Museologia a respeito desse festejo.

## 2 MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEA E O SEU OBJETO DE ESTUDO

As discussões teóricas sobre o objeto da museologia são relativamente recentes. O termo museologia surge no século XIX. Os autores Mairesse e Desvallées (2005, p. 01, tradução nossa) dizem que “existe, claro, uma prática da museologia que se desenvolveu com os primeiros museus modernos, ou mais precisamente com a utilização do termo ‘museu’ por nossa civilização ocidental, para designar outra coisa diferente dos museus da antiguidade”.

As instituições museológicas da antiguidade, denominadas de *museum*, no latim, e *mouseion*, no grego, exerciam funções próximas àquelas promovidas atualmente pelas universidades, além de ser o local onde pesquisadores viviam e estudavam. O mais famoso deles, o *Mouseion* de Alexandria, por exemplo, também possuía papiros, instrumentos astronômicos e cirúrgicos, estátuas dos pensadores, dentre outros objetos armazenados e expostos (EDWARD; MARY ALEXANDER, 2008). Já na modernidade, nos séculos XV e XVIII, surgem as galerias e os gabinetes de curiosidades. As galerias, eram locais específicos para exposição de esculturas e quadros. Os gabinetes de curiosidades, por sua vez, eram lugares com diversos objetos, como animais empalhados, joias, artefatos de outras etnias, colecionados e restritos aos proprietários, geralmente por reis, príncipes, papas ou burgueses em ascensão. O princípio dessas instituições era muito diferente das da antiguidade, pois elas se orientavam mais sobre o próprio objeto como ‘fundo’ de estudo, do que somente um suporte de reflexão, como era feito antes (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2005).

Para os autores, existem cinco marcos históricos que podem caracterizar a história da museologia: o primeiro refere-se ao tratado sobre os museus elaborado pelo autor Samuel Quiccheberg; o surgimento do termo ‘museologia’; o nascimento do I’COM<sup>2</sup> e do I’COFOM<sup>3</sup>, que ultrapassaram a noção de museologia como o estudo do museu; o desenvolvimento da Nova Museologia em paralelo com o desenvolvimento do

<sup>2</sup> O Conselho Internacional de Museus é uma organização não governamental que elabora políticas internacionais para os museus, criado em 1946.

<sup>3</sup> O Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus, criado em 1977, promove a pesquisa e o pensamento teórico sobre os museus.

l'COFOM; e por fim, o advento da internet e do museu virtual (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2005).

Aqui, nos interessa esclarecer sobre o movimento da Nova Museologia, terminologia utilizada e amplamente difundida em meados dos anos 70 e 80 através de teóricos que traziam uma nova abordagem para a área. Um dos principais objetivos era o de fundar a museologia como disciplina científica e em definir, ao mesmo tempo, as profissões do museu e o quadro da pesquisa em seu âmbito (POULOT, 2013).

Os temas abordados por essa fase da museologia, iniciada no final da década de 60, que problematiza as questões acerca do papel social dos museus e do próprio pensamento museológico, passaram a ser mais abordadas pelos teóricos. As declarações e os encontros realizados nessa época apresentavam um significativo melhoramento para o campo com vistas ao desenvolvimento técnico e científico da área, como, por exemplo, a Declaração de Santiago do Chile, em 1972; a Declaração de Quebec, em 1984; e a Declaração de Caracas, em 1992. Mais especificamente com esses documentos, essa abordagem difere do modelo tradicional de práticas museológicas europeias, pois promovem uma perspectiva mais voltada para a América Latina e suas diferentes tipologias de museus e instituições que lidam com o patrimônio nas suas diversas abordagens. A autora Cury (2005, p. 1) nos apresenta a perspectiva da Nova Museologia:

Com a nova museologia, o fato museal permanece, mas a forma de analisá-lo mudou. Deslocou-se definitivamente o foco de análise do museu para o cotidiano das pessoas. E a museologia e o museu participam sendo ele mesmo mediadores do processo de significação do patrimônio.

Desta forma, o foco, que até então era pautado em apenas desenvolver atividades museais e seus objetos em um sentido mais restrito, muda. Essa nova corrente teórica passa a ampliar suas análises para o cotidiano do ser humano, ganhando um viés antropológico, ou seja, considerando as heranças culturais e seus bens, que não se restringiam apenas aos objetos e edificações, mas também as diversas formas de saber, tais como a oralidade, a dança, a música, os festejos, a interação social, a religiosidade, dentre outras. Corroborando com isso, Cerávolo (2004, p. 247) diz que:

Mas há ainda uma outra tendência como a conceitualização na medida em que se trabalha com tema (s); a ampliação do objeto museológico atrelado à noção expandida de Patrimônio e influenciada por estudos desenvolvidos pela Antropologia com respeito à Cultura.

Nesse viés, considera-se que muitos dos patrimônios de diversos povos se concentravam em maior parte na sua cultura, arte, modos de fazer, modos de se expressar e que iam além de monumentos de “pedra e cal”, ou seja, estruturas físicas, bem como esculturas artísticas, casas, palácios e monumentos herdados da época da colonização com seus modelos europeus. Cury (2005, p. 29-30) expõe que:

A museologia, há décadas, deslocou o seu objeto de estudo dos museus e das coleções para o universo das relações, como: a relação do homem e a realidade; do homem e do objeto no museu; do homem

e do patrimônio musealizado; do homem com o homem, relação mediada pelo objeto.

Segundo a autora, este objeto se estende ao que consideramos intangível, ou seja, o patrimônio imaterial, pois, considerando estas diversidades como patrimônio, a museologia se envereda por estes estudos, incluindo o patrimônio imaterial, a fim de abranger suas análises. Essa inclusão de bens imateriais e culturais, questionada a partir dessa nova corrente teórica na museologia, acaba por perceber que a pluralidade de manifestações artísticas e culturais faz parte da construção identitária das diversas nações, considerando-as como "objetos" que remetem a memória e ao cotidiano das pessoas. Com isso, a autora Cerávolo (2004, p. 247) acrescenta:

[...] a grande tendência, se podemos chamá-la assim, foi a de tirar os museus do confinamento das famosas 'quatro paredes' que até então lhe davam forma. Fervilhavam, portanto, muitas alterações no plano das ideias e da ação, embora não atingissem todas as instituições. As tendências observadas, geradas antes dos anos 1980, precisavam de terreno propício para se instalar, e esse terreno não era qualquer um. Algumas necessitavam de estruturas organizacionais complexas e sofisticadas, outras dependia de verbas generosas, de pessoal técnico e preparado ou da composição de pessoal de museu com profissionais de outras áreas associados por sua vez a grupos comunitários interessados, e assim por diante. Havia museus preocupados com artefatos e espécimes naturais, mas também aqueles preocupados com um sentido amplo de herança cultural e natural.

Os estudos teóricos museológicos passam a expandir suas formas de analisar o patrimônio de forma mais ampla. Nesse sentido, podemos definir a partir do pensamento dos teóricos da nova museologia o patrimônio como algo que está relacionado a bens de valor para além dos bens materiais. O patrimônio possui diferentes categorias, inclusive a de bens culturais imateriais.

## 2.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALVAGUARDA

Ao refletir sobre o significado da palavra patrimônio, o primeiro conceito associado ao termo é de: "[...] o conjunto de bens reunidos pela sucessão: bens que descendem, segundo as leis, dos pais e mães aos seus filhos ou bens de família, assim definidos em oposição aos bens adquiridos." (DESVALLÉES; MAIRESE, 2013, p.73) O que é herdado com valor monetário. Essa é a noção mais antiga do termo, a de interesse de transmitir os bens familiares aos seus sucessores num âmbito privado.

Devido a constante atualização desse termo e a variedade de categorias para defini-lo, como, por exemplo, patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, arqueológico, natural, dentre outros, abordaremos o patrimônio cultural, mais especificamente o de ordem imaterial/intangível e suas políticas de proteção.

As primeiras ampliações do termo foram realizadas por volta do anos 50, no qual foi integrado o patrimônio científico, industrial e folclórico, como um conjunto de testemunhos materiais do homem e do seu meio (DESVALLÉES; MAIRESE, 2013).

A prática de conservação ou, mais precisamente, de salvaguarda dos bens patrimoniais passa a receber mais esforços após a Segunda Guerra Mundial, devido ao grande número de destruição nos países atingidos e, com isso, uma série de

regulamentos e iniciativas a nível internacional de forma legal se sucederam na contribuição da salvaguarda de bens culturais e naturais. Estas duas categorias ganharam mais atenção, visto que o valor histórico e simbólico do patrimônio adquiriu um sentido de “valor excepcional universal”, passando a ser disponível para toda a humanidade. Com isso, foi criada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, realizada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Nesse contexto, foi criada a noção de patrimônio da humanidade.

A Conferência realizada em 1972 considerava dois artigos para proteção dos seguintes bens patrimoniais: cultural e natural. O art. 1 considerava o patrimônio cultural como os monumentos, os conjuntos e locais de interesse, todos esses de natureza arquitetônica, monumentos e obras artísticas, ou seja, patrimônios materiais. Até então as discussões a respeito do patrimônio cultural eram em torno do material. O art. 2 considerava, por sua vez, o patrimônio natural: as formações geológicas e fisiográficas, zonas de habitat de animais e vegetação ameaçadas, zonas naturais delimitadas que compõem valor universal excepcional (UNESCO, 1972).

Nesse mesmo viés, aconteceu, no ano de 2003, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, considerando que essas formas de expressão artística e cultural fossem identificadas, registradas, a fim de promover um reconhecimento e valorização a partir de políticas públicas, para as gerações futuras. Para Abreu (2014, p. 18) a convenção resultou:

Em suma, a Convenção do Patrimônio Imaterial de 2003 foi o resultado de muitos debates e ações no sentido de abranger outras formas de patrimonialização e, portanto, de preservação de manifestações e expressões culturais consideradas ‘vivas’, dinâmicas e pouco palpáveis como festas, rituais, lugares e saberes.

Essa convenção basicamente consolidou o conceito de patrimônio intangível e considerou a preocupação na manutenção e reconhecimento desses bens considerados intangíveis. Por não serem bens de natureza material e estática, são passíveis de transformações, podendo ao longo do tempo adquirir outros elementos devido à dinamização desse tipo de patrimônio. O art. 2 da Convenção define o patrimônio cultural e imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 1).

Essa definição do patrimônio está relacionada com uma definição contemporânea do termo, ainda numa perspectiva de herança, ou seja, com o intuito

de ser transmitido para as gerações futuras, mas numa perspectiva descolonial, pois, muitos dos patrimônios das civilizações que foram colonizadas, como as da América Latina, por exemplo, são constituídas em boa parte pelos modos de fazer, as expressões, as práticas e os seus produtos.

Gonçalves (2007, p. 111), na sua obra “O patrimônio como categoria de pensamento”, menciona alguns bens que fazem parte desta seleção para o processo de estudo e reconhecimento, de acordo com as categorias apresentadas nos livros de registro. Neste sentido:

Nessa nova categoria estão lugares, festa, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vidas. Diferente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações.

Portanto, diferente do que acontece com os bens materiais, que são tombados e não podem sofrer modificações, pois precisam ser conservados, os bens imateriais estão em constante processo de transformação. Entretanto, o objetivo da preservação do patrimônio cultural imaterial, segundo Brayner (2012, p. 12) é: “[...] fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida”.

A instituição encarregada do patrimônio no Brasil, atualmente denominada por IPHAN, foi criada através do decreto de nº 25 de 1937, instituindo o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Este órgão deriva de um importante movimento que ocorreu nos anos 20. O Movimento Modernista, criado por um grupo de intelectuais e artistas, teve grande influência no país e na construção de pensamentos e políticas voltadas para o patrimônio nacional.

Somente em 4 de agosto de 2000 é lançado o Decreto nº. 3.551, que instituiu a Política Nacional de Registro e Salvaguarda de bens imateriais, e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) no país, contribuindo para a preservação e promoção do patrimônio imaterial nacional. Para tal, estabelece categorias para cada tipologia dos bens através dos livros de registro, a saber: o livro de registro dos saberes; livro de registro das celebrações; livro de registro das formas de expressão; e o livro de registro dos lugares (Decreto Lei nº 3551/2000). Ainda segundo a autora Brayner (2012, p. 24), o processo é composto para:

A inscrição de bens nos Livros de Registro do Iphan contribui, portanto, para o reconhecimento e a valorização do papel de uma determinada manifestação cultural na formação da cultura brasileira. Esse ato contribui também para estimular o envolvimento da sociedade na tarefa de preservar esses bens, e para criar condições para um apoio efetivo na sua salvaguarda por parte de instituições públicas e privadas, em nível federal, estadual e municipal, de organismos internacionais e, sobretudo, de cada cidadão.

Dito isso, a responsabilidade de manutenção envolve tanto a comunidade que produz e/ou participa como os poderes públicos.

A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira (Decreto Lei nº 3551/2000). O bem registrado passa a ser referência cultural nacional colaborando na formação histórica e identitária do país.

Segundo o IPHAN (2010, p. 23), o registro tem como objetivo: “[...] propiciar, pelos meios adequados à natureza do bem, sua continuidade, com base na produção de conhecimento, documentação, reconhecimento, valorização, apoio e fomento”. O registro dos bens imateriais propõe reconhecer, apoiar e fomentar os bens, respeitando suas características intangíveis, e deve ser revalidado a cada dez anos devido ao dinamismo dessas expressões.

Ainda segundo o Decreto Lei nº 3551/2000, cabe ao Ministério da Cultura a documentação e um banco de dados com o material produzido no processo e realizar uma ampla divulgação e promoção do bem patrimonializado. Atualmente o IPHAN está vinculado ao Ministério do Turismo, após a medida de “desmonte” do Ministério da Cultura em 2019.

Nesta perspectiva, a Festa do Pau da Bandeira, desde a sua criação, apresentou algumas mudanças. Por se tratar de um patrimônio de natureza intangível, adquiriu novos aspectos, sem, porém, perder a sua essência religiosa, que se caracteriza, sobretudo, pela fé dos devotos de Santo Antônio.

### **3 A FESTA DE SANTO ANTÔNIO EM BARBALHA**

A região do Cariri se localiza no sopé da Chapada do Araripe, no sul do estado do Ceará, no nordeste brasileiro. O cariri é composto por 27 cidades e tem como destaque as cidades de Juazeiro do Norte, de Crato e de Barbalha, formando o denominado triângulo CraJuBar. Essas cidades destacam-se por serem polos industriais, universitários, comerciais e por sua expressividade cultural e religiosa.

A Festa do Pau da Bandeira acontece todos os anos na cidade de Barbalha. Essa manifestação abre o calendário festivo que ocorre no mês de junho, com as festas de São João e São Pedro. Essas festas tradicionais são de origem pagã e foram inseridas no Brasil pelos portugueses, são realizadas em comemoração às colheitas agrícolas, mais especificamente a colheita do milho, alimento que serve de base para a culinária desses festejos (CNFCP, 2004).

Festas são espaços onde a sociedade se utiliza do divertimento a fim de liberar tensões acumuladas no cotidiano, na rotina e no trabalho. Podem ser assim consideradas como momentos de “fuga da realidade”, uma forma de lazer, de diversão e/ou maneiras de celebrar o sagrado, de socializar, sendo assim um fenômeno social. Dado as diversidades de elementos, tais como a religião, a cultura, símbolos, identidades individuais e coletivas, todos estes aspectos associados compõem esse fenômeno social de lazer e entretenimento. A autora Amaral (1998, p. 36) reflete sobre festas afirmando que:

A grande maioria delas permanece sendo de caráter religioso, embora também mantenha aspectos bastante secularizados, que chegam a criar conflitos com a igreja, pois muitas vezes a participação popular se dá mais pelo aspecto turístico, do divertimento e alegria, do que pelo aspecto religioso propriamente dito do evento. Além disso,

disputa pelo controle político e econômico da festa também são frequentes.

Desse modo, a autora nos traz contribuições a partir desse pensamento: a Festa do Pau da Bandeira em grande parte é de caráter religioso, mas ao mesmo tempo ganhou, ao longo dos anos, elementos descontraídos, de cunho turístico, uma mistura de sagrado e profano, duas facetas em uma única festa.

A Festa do Pau da Bandeira tem como marco inicial o corte de uma árvore, cujo tronco deverá ser carregado por vários homens em um percurso pelas principais ruas da cidade até a Igreja Matriz. Esses homens são conhecidos como os “carregadores do pau”, juntamente com o “capitão”, seu líder. É importante ressaltar que apenas os homens da comunidade podem fazer o corte e o percurso que compreende os trechos do sítio São Joaquim até a praça da Igreja Matriz da cidade. Assim, cerca de 250 carregadores percorrem as principais ruas da cidade com o mastro, com alguns intervalos de descanso, jogando o mastro no chão diversas vezes ao longo do trajeto. Milhares de pessoas superlotam as ruas da cidade para acompanhar seu carregamento. A data em que ocorre a Festa do Pau da Bandeira é relativamente móvel, podendo ocorrer no último domingo do mês de maio ou no primeiro domingo de junho. O fato é que os festejos podem levar 15 dias ou mais, dependendo de sua data de início. As comemorações dedicadas à Santo Antônio, em Barbalha, também são compostas com a trezena na Igreja Matriz, a quermesse que acontece na praça da estação, e, por fim, a procissão no dia 13 de junho em homenagem ao santo padroeiro.

Segundo Souza (2000), a Festa do Pau da Bandeira está estruturada em algumas fases com alguns elementos complexos que analisaremos a seguir. As fases são: 1) Início; 2) Mudanças, Incorporações e Consolidação; e 3) Fase atual.

Na primeira, que vai até meados dos anos de 40, a festa era basicamente de caráter religioso. No segundo momento, após a década de 40, a festa ganhou um aspecto turístico e de participação popular. Segundo o dossiê temático de registro da festa, ela ganhou notoriedade após a crise na produção de cana de açúcar na cidade que, até então, era a sua principal fonte de economia. Assim:

Na segunda metade do século XX, o principal ramo da economia de Barbalha – produção e comércio de açúcar e rapadura – entrou em crise. Uma série de medidas, portanto, foram concebidas e encaminhadas a fim de permitir que outras atividades pudessem ocupar a centralidade e relevância econômica dos engenhos barbalhenses de outros tempos. A Festa de Santo Antônio, em Barbalha, tornou-se uma possibilidade plausível, implicando o início da exploração referente ao potencial turístico dos festejos dedicados a Santo Antônio de Pádua. A partir desse novo sentido atribuído à festa, houve uma série de mudanças em sua configuração (IPHAN, 2015, p. 59).

O potencial turístico mencionado é considerado devido a alguns elementos incorporados como shows e a participação de boa parte da população da região, e de conterrâneos que residem em cidades distantes.

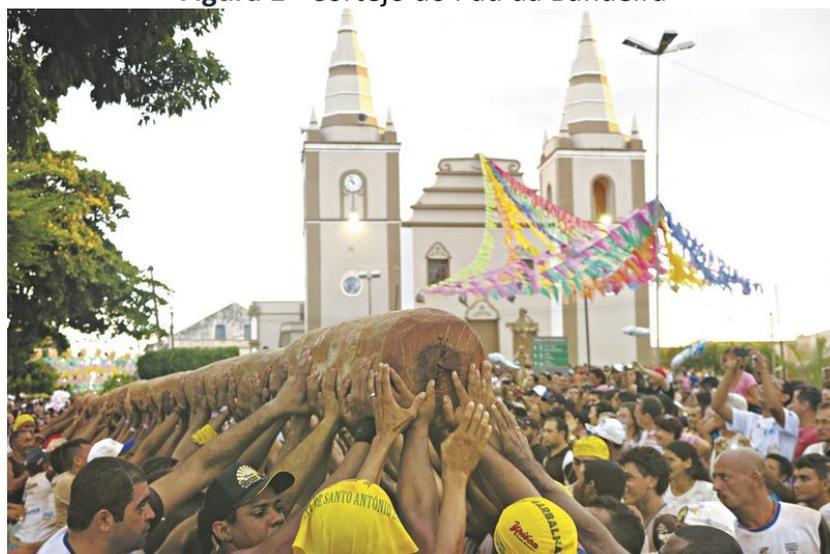
E por volta do anos 1970, esse potencial turístico/social é reforçado com a folclorização<sup>4</sup> da festa. Com isso, a gestão municipal da época resolveu incorporar ao festejo elementos da cultura popular local. O governo municipal também investiu nos grupos de tradição da região e na contratação de artistas de renome nacional. As gestões municipais da época se dispunham, cada vez mais, na implementação de atrações, a fim de demarcar a relevância de cada administração e, conseqüentemente, de obter retorno com o investimento feito nessas mudanças. O terceiro momento é apontado pelo autor acima, que seria a atual configuração da festa.

Mostraremos uma ordem cronológica dos principais estágios da festa, que são: o primeiro, que se dá com a escolha e corte da árvore. Este é um momento ritualístico que envolve a comunidade, os carregadores do pau. Conforme o dossiê de registro, sobre esse ritual de escolha, corte e cortejo do mastro é constatado a devoção dos barbalhenses, de forma que:

As dimensões do 'pau', portanto, na medida em que o carregamento, e todo o esforço físico empreendido durante essa prática, se configura como um ato coletivo de fé, expressam uma demonstração pública de esforço e sofrimento em homenagem a Santo Antônio (IPHAN, 2015, p. 73).

A preparação da festa começa, assim, quinze dias antes da data definida como o dia do Pau da Bandeira. É realizada uma missa onde o vigário da igreja matriz abençoa os carregadores, e de lá eles saem da cidade até a chapada do Araripe, mais propriamente no sítio Flores ou no sítio São Joaquim, para a escolha de qual árvore irão derrubar e utilizar para hastear a bandeira da cidade, na praça da igreja matriz, manifestando através disso todo o esforço e oferta dada ao santo como forma de agradecimento pelas graças alcançadas. Os cortadores sempre fazem uma oração antes do corte.

**Figura 1 - Cortejo do Pau da Bandeira**



Fonte: André Costa (2017).

<sup>4</sup>Este termo foi utilizado para designar a introdução dos grupos de tradição existentes na região, que passaram a fazer parte da festa ganhando um cortejo específico logo após a missa realizada na igreja matriz no período da manhã, denominado Desfile de Folguedos.

A maioria das pessoas bebe cachaça durante o procedimento de escolha e corte da árvore, pois, além de ser um momento de fé, o ritual também é descontraído e garante a diversão de muitos que, mesmo não sendo carregadores, acompanham o ritual. Assim, fazem a escolha da árvore. É necessário que seja uma árvore "de lei", como eles mesmos costumam mencionar, ou seja, uma árvore que tenha um tronco resistente para aguentar todo o percurso do carregamento até chegar ao destino sem quebrar, pois diversas vezes durante o percurso até a Igreja Matriz, o tronco precisa ser jogado no chão, devido ao seu peso, que chega a ter, em média, duas toneladas.

O segundo estágio acontece no domingo. Logo pela manhã, por volta das oito horas, a cidade acorda com as primeiras atrações da festa. Na Igreja Matriz é realizada a missa e após a benção ocorre o Desfile de Folguedos, no qual se apresentam os grupos locais de capoeira<sup>5</sup>, os penitentes da Irmandade da Cruz<sup>6</sup>, as bandas de cabaçais<sup>7</sup> e reisados<sup>8</sup> e, por fim, grupos de estudantes da rede municipal de educação fazendo representações de vários desses grupos, como, por exemplo, quadrilha junina e o "pau mirim".

Figura 2 - Grupo de Reisado e banda de pífano



Fonte: IPHAN (2015)

Por último, atrás deste cortejo, no período matinal, também ocorrem intervenções de militantes dos movimentos feministas da região, mais especificamente o coletivo que atualmente é denominado Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri.

<sup>5</sup> É uma expressão cultural afro-brasileira constituída de um jogo que simula uma luta, no qual os adversários não se atacam, cuja sua execução requer um círculo de pessoas, juntamente com instrumentos musicais, pandeiros e berimbaus, para constituir a musicalidade e o ritmo.

<sup>6</sup> A prática dos penitentes é constituída por um grupo de homens que fazem a prática de penitência com os benditos, as orações e o autoflagelo ou disciplina.

<sup>7</sup> As bandas cabaçais também são conhecidas por bandas de pífano, elas são caracterizadas por serem uma formação musical de cinco ou seis integrantes, que utilizam instrumentos musicais que geralmente são fabricados por eles próprios. A banda é constituída por uma zabumba, dois pífanos e um par de pratos acústicos. Esses conjuntos musicais são classificados como folguedos.

<sup>8</sup> Os reisados são folguedos do ciclo natalino e simulam uma peça teatral nômade em torno de uma narrativa executada por um grupo de brincantes, é composto pelas 'músicas', danças e uma simulação de luta com espadas.

Essas intervenções, que passaram a fazer parte da festa como um ato político, deram início no ano de 2012, logo atrás do cortejo das apresentações culturais, a fim de expor os casos de feminicídio e violência contra mulheres. As intervenções são realizadas para dialogar com a população, a fim de expor e reivindicar políticas públicas e punição em resposta aos altos índices de violência doméstica e assassinatos contra mulheres, homossexuais, travestis e transexuais na região. Já que uma das propostas da festa e de sua simbologia é que as mulheres encontrem um parceiro recorrendo aos "rituais" feitos a Santo Antônio, essas intervenções possibilitam uma reflexão a respeito do patriarcado, do conservadorismo e de que tipo de parceiro essas mulheres procuram e/ou encontram para se relacionar. Panfletos são distribuídos, palavras de ordem são verbalizadas, e cartazes e faixas são expostos, a fim de produzir uma consciência sobre a igualdade de gênero e tentar impedir a violência contra as mulheres, pois são frequentes os casos de assassinatos dessas por seus companheiros e ex companheiros.

O terceiro estágio é o momento em que o tronco é transportado do seu local de retirada pelas principais ruas da cidade até chegar à Igreja Matriz. A carroça com cachaça do Senhor Vigário vai à frente, e os carregadores acompanham a carroça com o mastro nos ombros, fazendo pausas para descanso durante o percurso. São nesses momentos de pausa que as pessoas ao redor, principalmente as mulheres, fazem um ritual de tocar e/ou se sentar no mastro. Segundo a tradição, esse ritual é uma forma de conseguir um marido. Nessa fase da festa ocorre também a maior parte da carnavalização, palcos espalhados pelas principais praças com atrações musicais, barracas de bebidas pelas ruas, vendedores ambulantes, muitos carros com os seus "paredões de som" com músicas em alto volume garantindo a diversão dos participantes, associados a bebidas alcoólicas.

Nestas circunstâncias, ocorre a parte profana do festejo, devido aos shows, músicas e danças. Há também um alto consumo de bebidas alcoólicas, carros equipados com aparelhos de som em alto volume espalhados nas ruas, palcos com atrações musicais espalhados nas praças e uma espécie de erotização com o mastro fazendo alusão ao "pau do Santo" e, com isso, ganhando uma conotação de duplo sentido. As falas dos participantes expressam que a mulher que tocar ou fizer chá das lascas do tronco de madeira conseguirá um marido, dado a fama de casamenteiro que Santo Antônio possui.

#### **4 METODOLOGIA**

O trabalho tem como estrutura de investigação uma primeira fase bibliográfica, pautada em leituras de livros, capítulos, dossiê temático, artigos acadêmicos e teses. Em uma segunda fase, trabalhamos com a análise de documentos, matérias jornalísticas e fotografias que retratam o percurso histórico da festa, visando aprofundar e detalhar a análise histórica. Posteriormente, foram realizadas entrevistas para coleta de dados.

Para análise e interpretação dos dados coletados nas entrevistas utilizamos a análise de conteúdo, nas fases sugeridas por Bardin (2008), como método de tratamento da informação contida nas entrevistas. Em termos de aplicação, a análise de conteúdo foi dividida em três fases, contando com a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados e interpretação (BARDIN, 2008).

Dessa forma, mais especificamente, fizemos uso da entrevista do tipo semiestruturada com duas participantes da festa na cidade de Barbalha no Ceará, a fim de obter o maior número de informações e detalhes sobre o tema. A partir das

informações das entrevistadas, adquirimos relatos de suas experiências a respeito da manifestação festiva. Adotamos o modelo de entrevista semiestruturada, pois a mesma: "[...] combina perguntas fechadas e abertas, e que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender a questão formulada" (MINAYO, 2016, p. 59).

Conforme a proposta metodológica utilizada, o trabalho foi organizado em etapas. Assim, na primeira etapa, elaboramos um roteiro com nove perguntas de respostas abertas e livres, com o objetivo de coletar depoimentos que possibilitassem a compreensão das mudanças e impactos causados após o registro do festejo percebidos pelas entrevistadas.

Na segunda etapa, selecionamos duas pessoas para participarem das entrevistas, com o propósito de coletar depoimentos diversificados: uma que trabalha no setor religioso e a outra é apenas expectadora. O ideal era que as pessoas fossem de Barbalha, ou pelo menos morassem na cidade, ou, ainda, que tivessem alguma relação na participação e/ou promoção da festa.

Na terceira etapa, desenvolvemos uma análise prévia do material coletado, de modo a obter um quadro geral de informações a partir de uma leitura flutuante, procurando também identificar as respostas para as perguntas feitas a partir do roteiro das entrevistas. Na quarta etapa, exploramos o material coletado com mais profundidade, de forma a organizar as ideias contidas nas respostas para interpretação e tratamento dessas informações.

## **5 OS REFLEXOS DO REGISTRO NA MANIFESTAÇÃO**

Dessa forma, organizamos em quatro categorias que abrangem todos os assuntos correspondentes às nove questões. As categorias foram:

- 1) Relação e tempo de participação no festejo;
- 2) Significado da festa;
- 3) Significado do Registro como patrimônio cultural brasileiro e
- 4) Impactos e interferências percebidas.

**Relação e tempo de participação no festejo:** essa categoria contém as seis primeiras perguntas da entrevista.

Nossa entrevistada 1 é natural e residente da cidade de Barbalha, cursou ensino superior, tem 25 anos e trabalha com venda de livros. Ela diz que seu contato com a festa vem desde a infância: os pais a levavam para ver o Desfile de Folgedos pela manhã. A partir da idade adulta passou a frequentar também o cortejo do Pau da Bandeira, e acrescenta que a sua interação com a festa é mais com o segmento cultural, e que nunca fez as simpatias e rituais com o mastro, como sentar-se nele ou beber o chá de suas lascas. Ela fala que o seu tempo de participação não tem uma data precisa, pois como sempre morou na cidade, desde criança acompanha juntamente com os pais, e posteriormente com os amigos.

A nossa Entrevistada 2 também é natural e residente da cidade de Barbalha, está no ensino superior, tem 40 anos, e trabalha como secretária na Secretaria da Paróquia de Santo Antônio. Ela relata que o seu contato com a festa foi motivado já na infância juntamente com os pais, e que continuou acompanhando pela sua devoção a Santo Antônio, e também através do seu trabalho na secretaria, pois relata que a origem e o principal motivo do festejo é o da religiosidade, é onde se escolhe a data da festa e se organiza a trezena do santo. Ela relata que participa há bastante tempo.

Vemos, então, que nessa categoria as entrevistadas são adultas, mas ainda jovens, considerando a diversidade de gerações de pessoas que participam da festa, como crianças, adolescentes, adultos e idosos. Estão entre 20 e 40 anos de idade. Ambas tiveram o seu primeiro contato com o festejo ainda na infância, mas acompanham até os dias atuais. As relações delas com o festejo são distintas: a primeira frequentava apenas o desfile de folguedos, e o considerava ser a “parte cultural” da festa, passando a frequentar o cortejo do mastro na idade adulta, mas sem ligação religiosa. A segunda participa como membro da paróquia, ou seja, está ligada à organização e promoção da parte religiosa da festa, mas também menciona sua relação como expectadora do festejo, como cidadã de Barbalha. Acompanha como devota de Santo Antônio, bem como pelo lazer que a festa proporciona como um momento de sociabilidade.

**Significado da festa:** essa categoria abrange uma pergunta da entrevista.

A Entrevistada 1 responde que é a época do ano de rever os familiares que residem em outras cidades, e de acompanhá-los no festejo. E que para ela até então existia a distinção do que é cultural, e do que não era, na festa.

Para a Entrevistada 2, a festa também significa o reencontro com os amigos, a fé e a devoção dos participantes em Santo Antônio.

Vemos, assim, que a primeira trata de alguns aspectos da festa como uma importante fonte de cultura e identidade da região. Ambas compactuam sobre a relação de sociabilidade que a manifestação proporciona. E a segunda, diferentemente da primeira, ainda destaca que a fé e a devoção por Santo Antônio são elementos significativos da manifestação.

**Significado do Registro como patrimônio cultural brasileiro:** essa categoria abrange uma pergunta da entrevista.

A Entrevistada 1 relata que as pessoas que não estavam diretamente ligadas com o festejo, e ela se inclui, não valorizavam a manifestação, e que após o registro é que essas pessoas passariam a valorizar e ampliar sua percepção sobre a festa de uma outra forma, assim como aconteceu com ela.

A Entrevistada 2, diferentemente da Entrevistada 1, acredita que o registro colabora na divulgação e reconhecimento nacional e internacional do festejo e reforça o que a comunidade já considera um bem representativo da cultura, religiosidade e tradição local.

Vemos, portanto, nessa categoria, algumas diferenças principalmente no significado e no reconhecimento da manifestação. A Entrevistada 1 mostra uma visível distinção entre os estágios da festa como o que é cultural e o que não é, e isso se transfere para o seu entendimento de que a manifestação não era valorizada pelas pessoas que não eram da cidade, ou que não participam ativamente do processo. E que o título concedido foi fundamental para que a população reconhecesse a manifestação, mas não de maneira suficiente, e é que era preciso fazer mais a esse respeito.

Entretanto, a Entrevistada 2 acredita que o registro contribuiu com a divulgação da festa, agora que esta passa a ser reconhecida nacionalmente como patrimônio brasileiro, mas que ela já era um bem representativo da cultura e da religião da região.

**Impactos e interferências percebidas:** essa categoria abrange uma pergunta da entrevista.

A Entrevistada 1 responde que percebeu um maior número de eventos e pesquisas acadêmicas, e de pesquisadores e eventos na cidade em busca de compreender e debater a respeito da Festa do Pau da Bandeira.

A Entrevistada 2 ao responder à questão, reflete um pouco e, em seguida, aborda que não tem certeza sobre quais melhorias esse registro pode trazer para a manifestação. Mas, em seguida, fala a respeito da divulgação da festa, acredita que como a festa se tornou patrimônio nacional, possibilita a divulgação, podendo até surgir patrocínios como consequência do registro.

Percebemos nessa última categoria que três dos objetivos propostos pelo registro que são: sua continuidade através da produção de conhecimento, reconhecimento e divulgação, são mencionados nas falas delas. A entrevistada 1 percebeu o aumento de pesquisadores e eventos acadêmicos, que é o caso do evento promovido pela Escola de Saberes de Barbalha (ESBA) em parceria com a Universidade Regional do Cariri (URCA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA), que promovem há pelo menos cinco anos consecutivos o Simpósio Nacional Sobre Patrimônio e Práticas Culturais.

Já a entrevistada 2 não percebeu modificações ou mudanças no festejo. O seu relato é no que ela acredita que pode vir a acontecer, numa perspectiva futura, que seria uma maior divulgação do festejo, promovendo parcerias e patrocínios que poderiam contribuir para a manutenção da festa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de toda discussão a respeito do patrimônio imaterial é perceptível que esta demanda orientações e diretrizes diferenciadas do patrimônio material. Sabemos que a proposta do registro de salvaguarda de um bem imaterial não é para “engessar” e tornar estático, mas sim para acompanhar através da pesquisa, desde o seu processo de criação até as suas atualizações incorporadas ao longo de suas edições. Tem como objetivo salvaguardar e promover a visibilidade em nível nacional através da pesquisa, promoção e recomendações de manutenção e cuidados, por setores responsáveis pelo bem, e pela própria população, visando legitimar e fornecer meios de perpetuação, sem interferir na sua dinâmica e atualizações.

A partir da análise realizada, compreendemos que a Festa do Pau da Bandeira de Barbalha funciona, para as duas entrevistadas, como uma representação religiosa e cultural da região do Cariri, e que parece apontar para uma crescente admiração e valorização por todos que dela participam. O registro de patrimônio cultural brasileiro, título concedido pelo IPHAN, veio favorecer o que a população já reconhece como o seu patrimônio e sua identidade cultural. E que corrobora com o objetivo de que a festa seja reconhecida em todo o país.

Apuramos nos dois relatos algumas diferenças na percepção do festejo. Enquanto uma considerou por muito tempo apenas como expressão cultural mais especificamente um determinado momento do festejo, a outra considera ser um espaço de expressão religiosa, mas também de sociabilidade. A festa é sacro-profana, como aborda Amaral (1998), e é cultural como um todo, devido aos seus elementos associados, como o Desfile de Folguedos, a música, a dança.

Constatamos também que algumas dessas recomendações e mecanismos de proteção foram percebidas pelos entrevistados. Ambas as percepções notadas dos relatos corroboram com alguns dos intuitos do registro, como já mencionado, como o aumento de pesquisas e eventos acadêmicos a respeito da manifestação, e as práticas artísticas e culturais da região que estão associadas ao festejo. Este é um mecanismo importante para um diálogo entre o patrimônio com a população, e instituições culturais

e de ensino, quanto para o estímulo da sociedade para preservar o bem, visto que a produção acadêmica pode colaborar a difusão e reflexão crítica a respeito da manifestação. O apoio realizado por meio de parcerias e patrocínios também constituem como sustentabilidade para o festejo.

Esta pesquisa pretendeu contribuir com as reflexões a respeito da Museologia Contemporânea, patrimônio cultural e políticas públicas de fomento e proteção da cultura no Brasil, tendo em vista as discussões sobre patrimônio imaterial, suas relações com as comunidades e as implicações e mudanças produzidas a partir do registro de um bem cultural pelo órgão oficial de proteção no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: Ressonâncias, apropriações, vigilâncias. **E-cadernos ces [Online]**, 21, 2014. Disponível em: <http://eces.revues.org/1742>.

ALEXANDER, Edward P.; ALEXANDER, Mary. **Museums in Motion: An introduction to the History and Functions of Museums**. Lanham, MD, EUA: AltaMira Press, 2007.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira significados de festejar, no país que “não é sério”**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2008.

BRASIL. Decreto Lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Rio de Janeiro/DF, 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm).

BRASIL. Decreto de Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constitui o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Brasília/DF, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm).

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 3. ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN/MinC. 2004. 1 CD. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/>.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**. vol. 12, n. 1, p. 237-268, 2004.

CURY, Marília Xavier. Museologia – Marcos referenciais. **Cadernos do CEOM** - Chapecó: Argos, n. 21, p.45-74, 2005. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2271>.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave da Museologia**. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: São Paulo, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

IPHAN. **Dossiê de Registro**: Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. Fortaleza: Ministério da Cultura, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_festa\\_pau\\_da\\_bandeira\\_santo\\_ant%C3%B4nio\\_barbalha.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_festa_pau_da_bandeira_santo_ant%C3%B4nio_barbalha.pdf).

IPHAN. **Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Brasil. 2 ed. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Sambas\\_Rodas\\_Bumbas%202003-2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Sambas_Rodas_Bumbas%202003-2010.pdf).

MAIRESSE, F. DESVALLÉES, A. Brève histoire de la muséologie, des *Inscriptions* au Musée Virtuel. In: MARIAUX, P. A. (Ed.) **L'objet de la Muséologie**. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, Institut d'Histoire de l'Art et de Muséologie, 2005. (Col. L'Atelier de Thesis, n. 2).

MINAYO, Maria Cecília de Souza) (org.; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

POULOT, Dominique. A museologia. **Museus e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SOUZA, Océlio Teixeira de. **A festa do pau da bandeira de santo Antônio de Barbalha**: entre o controle e a autonomia. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fortaleza, 2000.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

\_\_\_\_\_. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 2003. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao\\_Salvaguarda\\_Patrimonio\\_I\\_material.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao_Salvaguarda_Patrimonio_I_material.pdf).